

A DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL

GALINDO, Jorge

Professor-Pesquisador.
Departamento de Ciências
Sociais da Univ. Autónoma
Metropolitana – Cuajimalpa, da
Cidade do México.
jgalindo@cua.uam.mx
orcid.org/0000-0003-3279-3108



Resumo

O objetivo deste texto é abordar a questão da diferenciação funcional inerente à sociedade moderna. Para tanto, descreverei brevemente as outras formas de diferenciação social que existiram ao longo da evolução sociocultural: a sociedade segmentária, a sociedade dividida em centro e periferia e a sociedade estratificada. Discutirei também outros tipos de sistemas sociais fundamentais para essa diferenciação: interações e organizações. Para concluir, irei além do que Luhmann desenvolveu e apresentarei algumas de minhas próprias ideias sobre um tema de particular interesse para a sociologia latino-americana: a desdiferenciação.

.....

Submetido em: 10/03/2026
Autor convidado

Palavras-chave

diferenciação; sistema; função.

FUNCTIONAL DIFFERENTIATION

Abstract

The aim of this text is to address the issue of functional differentiation inherent in modern society. To this end, I will briefly describe the other forms of social differentiation that have existed throughout sociocultural evolution: segmentary society, society divided into centre and periphery, and stratified society. I will also discuss other types of social systems that are fundamental to this differentiation: interactions and organisations. To conclude, I will go beyond what Luhmann has developed and present some of my own ideas on a topic of particular interest to Latin American sociology: dedifferentiation.

Keywords

differentiation; system; function.

Humpty Dumpty sat on a wall,
Humpty Dumpty had a great fall,
All the king's horses and all the king's men,
Couldn't put Humpty together again.
("Humpty Dumpty", canção infantil inglesa)¹

1 INTRODUÇÃO

Sem dúvida, o conceito de sociedade tem sido um dos conceitos mais discutidos na história da sociologia. Mesmo que, em princípio, se pense que a sociologia trata do estudo da sociedade, muitos autores negam a relevância desse conceito. Assim, autores como Georg Simmel, Max Weber e Anthony Giddens são da opinião de que não existe "sociedade"; é por isso que criticaram veementemente posições que como as de Émile Durkheim e Talcott Parsons trabalham com um conceito "reificado" de sociedade.

Ao contrário destes autores críticos do conceito de sociedade, Niklas Luhmann considera que o conceito de sociedade é indispensável para a sociologia, pois só através dele é possível apreender a dinâmica especificamente moderna da diferenciação funcional. Contudo, isso não significa que Luhmann aceite trabalhar com um conceito "reificado" de sociedade.

Para escapar de tal conceito, Luhmann parte da premissa de que o social é composto exclusivamente de comunicação. Assim, a comunicação é a única operação exclusivamente social porque só ela contribui para resolver o problema de referência inerente ao social, a saber: a dupla contingência.

Como não há comunicação direta entre as consciências, todos os relacionamentos sociais são baseados na dupla contingência, no sentido de que nem o ego pode saber o que o alter espera, nem o alter o que o ego espera. Para coordenar suas respectivas ações, é necessário iniciar processos de comunicação. É por isso que Luhmann afirma

¹ Esta epígrafe refere-se ao fato de que a sociedade não pode ser observada como uma unidade, mas apenas como uma diferença internamente diferenciada. Assim como Humpty Dumpty, a unidade da sociedade não pode ser reconstruída.

consistentemente que a comunicação é a única operação especificamente social e que somente a comunicação comunica.

Assim, para Luhmann, a sociedade é um tipo particular de sistema social que se caracteriza por ser um sistema capaz de incluir em si todas as comunicações. A sociedade não é, portanto, um objeto, mas um horizonte (no sentido fenomenológico), o horizonte de todas as comunicações possíveis.

Quando Luhmann fala, portanto, de teoria da sociedade, não tem em mente o desenvolvimento de uma teoria capaz de analisar uma sociedade geograficamente localizável (no sentido de um Estado nacional ou de uma “esfera cultural”), mas sim o desenvolvimento de um instrumento teórico capaz de investigar um horizonte. E uma das características da sociedade entendida como comunicação é, justamente, a diferenciação.

Todas as sociedades conhecidas (das mais “tradicionais” às mais modernas) conheceram algum tipo de diferenciação. Esta característica universal torna possível a comparação entre diferentes sociedades e épocas. A estrutura de uma sociedade pode, então, ser determinada pela análise da sua forma primária de diferenciação, isto é, pela análise da forma como os subsistemas diferenciados de um sistema mais geral estabelecem relações.

Nesse sentido, o objetivo deste texto é abordar a questão da diferenciação funcional inerente à sociedade moderna. Para atingir esse objetivo, descreverei brevemente as outras formas de diferenciação da sociedade que existiram ao longo da evolução sociocultural, bem como alguns outros tipos de sistemas sociais que são fundamentais para essa diferenciação, a saber: interações e organizações. Para encerrar o capítulo, irei além do que Luhmann desenvolveu e apresentarei algumas das minhas próprias ideias sobre um tópico de particular interesse para a sociologia latino-americana: a desdiferenciação².

² As ideias apresentadas neste texto já foram apresentadas em diversos textos publicados em espanhol. Nesta versão, elas foram ampliadas e reorganizadas. As principais fontes de cada seção estão indicadas na nota de rodapé.

2 AS FORMAS DE DIFERENCIAÇÃO³

Ao identificar as diversas formas de diferenciação que ocorreram ao longo da história, Luhmann se conecta com uma antiga tradição sociológica que vai de Durkheim a Parsons. Além das primeiras sociedades, que muito provavelmente orientaram a sua diferenciação por critérios de idade e sexo, Luhmann localiza quatro formas de diferenciação: Diferenciação segmentar, diferenciação no centro e na periferia, diferenciação estratificada e diferenciação funcional⁴.

Nas sociedades diferenciadas em segmentos, a comunicação busca constantemente manter a igualdade entre os grupos. Como se vê nas análises de Marcel Mauss (2012) sobre a troca de presentes, o princípio da reciprocidade domina nestas sociedades. É precisamente a superação (determinada morfológicamente) do princípio da reciprocidade que provoca a mudança estrutural desta sociedade. A reciprocidade é superada porque, pelos mais diversos motivos, chega um momento em que os presentes não podem ser devolvidos, gerando vantagens para determinados grupos. A acumulação destas vantagens (especialmente riqueza) divide a sociedade em centro e periferia. O exemplo mais claro deste tipo de diferenciação encontra-se no surgimento das cidades. Neste caso, a comunicação não está mais fundamentalmente interessada em manter a igualdade, mas sim em gerar desigualdade. O centro se torna um representante do todo social.

Esses centros condensadores de vantagens servem como condição de possibilidade da seguinte forma de diferenciação, que executa um fenômeno interessante já que nele a diferenciação é duplicada. Enquanto o centro sofre diferenciação adicional em estratos, a periferia continua a ser estruturada em segmentos. A divisão da sociedade segundo o

³ As ideias desta seção são baseadas no que foi desenvolvido em Galindo (2008).

⁴ A exposição exaustiva das formas de diferenciação segundo a teoria dos sistemas encontra-se no capítulo 4 de Luhmann (2007).

princípio nobreza/povo baseia-se no princípio da desigualdade. Para manter a desigualdade na distribuição de recursos materiais e simbólicos, foi desenvolvida a estratégia da endogamia. Evidentemente, também neste caso, um dos partidos (a nobreza) monopolizou a descrição do todo social.

A estabilidade estrutural inerente à diferenciação estratificada e o advento de importantes conquistas evolutivas abriram caminho para a próxima forma de diferenciação: a diferenciação funcional. Embora a estabilidade na acumulação de recursos tenha permitido ao estrato superior experimentar a comunicação e assim torná-la cada vez mais complexa, o surgimento dessa complexidade teve como condição de possibilidade a invenção da escrita e, posteriormente, da imprensa.

Com a ajuda da escrita tornou-se possível ultrapassar os limites da mera interação⁵. Esta possibilidade significou graus incomuns de incerteza para a comunicação. A impossibilidade de utilizar os controles de interação tornou necessário o desenvolvimento de novas estratégias para garantir o vínculo das ofertas comunicativas. Esta nova incerteza foi resolvida com a ajuda da mídia simbolicamente generalizada: poder, dinheiro, lei, verdade, amor etc. Aprofundarei esse conceito mais tarde.

Por seu lado, a invenção da imprensa foi a condição de possibilidade tecnológica para o desenvolvimento de uma nova forma de diferenciação. Quanto mais independência ganhou em relação ao espaço e ao tempo, maior liberdade teve a comunicação para consolidar a dinâmica funcional.

Embora em tempos anteriores a comunicação já conhecesse modalidades de diferenciação objetiva, esta não conseguiu impor-se como forma de diferenciação primária porque continuou a ser dominada pelo princípio de hierarquia típico da diferenciação

⁵ Na seção a seguir, explicarei como a teoria dos sistemas vê as interações e as organizações.

estratificada⁶. Contudo, esta diferenciação objetiva tornou-se tão complexa que o estrato superior já não conseguia apresentar uma descrição unitária da sociedade. Chegou a hora da primazia da diferenciação funcional. No entanto, isto não significa que as restantes formas de diferenciação tenham desaparecido. Obviamente ainda existem segmentos, centros, periferias e estratos. O que a teoria de Luhmann afirma não é que exista uma exclusividade funcional, mas que as restantes formas de diferenciação já não podem determinar as relações entre os vários subsistemas sociais. Hoje, por exemplo, há pessoas imensamente ricas cujo dinheiro não pode comprar uma verdade científica, nem decidir a constitucionalidade de uma lei. Podem, portanto, ter uma imensidão de recursos, mas estes não são suficientes para determinar a totalidade do social.

Na sociedade moderna, o denominador comum dos sistemas não é mais a hierarquia, mas a função. Por esta razão, os sistemas da modernidade são iguais e desiguais ao mesmo tempo. Eles são iguais na medida em que cumprem uma função e são desiguais na medida em que cada sistema cumpre uma função diferente. como um todo.

A tabela a seguir resume e exemplifica as diversas formas de diferenciação:

Forma de diferenciação	Característica principal	Exemplo
Diferenciação segmentar	Igualdade entre sistemas parciais	Por origem: tribo, clã, família Por residência: casas, cidades Pela combinação de ambos os critérios
Diferenciação em centro e periferia	Desigualdade espacial	Cidade/Campo Civilizado/Bárbaros
Diferenciação estratificada	Desigualdade de escalão	Nobreza/Povo
Diferenciação funcional	Os sistemas parciais são iguais em sua desigualdade	Sistemas funcionais: economia, ciência, direito, política, educação etc.

⁶ Isso não ocorreu apenas na Europa, mas também na América e em outras latitudes, onde houve uma combinação de formas de diferenciação sujeitas ao princípio da hierarquia. Um exemplo claro disso foi o império mexica, no qual coexistiram lógicas hierárquicas, segmentárias e até protofuncionais.

Outro passo importante para entender a diferenciação funcional está na diferença entre interações, organizações e sistemas funcionais. Vejamos brevemente em que consistem os dois primeiros.

3 INTERAÇÕES E ORGANIZAÇÕES

Os sistemas de interação estruturam-se a partir da distinção presente/ausente; somente aqueles que estão fisicamente presentes podem participar dessa comunicação. Por isso, esses sistemas não apenas pressupõem a percepção de outras pessoas, mas podem perceber que são percebidas. Luhmann designa esta percepção da percepção como percepção reflexiva. O interessante sobre esse fenômeno é que ele força a comunicação. Quando alguém percebe que é percebido, não pode evitar que seu comportamento seja visto como um ato comunicativo. Nelas, a comunicação não se limita ao verbal, pois a presença implica que o corpo também seja um canal de comunicação. Nesses casos, cada tentativa de evitar a comunicação será interpretada como comunicação. Para explicar isso, as análises de Erving Goffman (1991) sobre a ordem de interação são cruciais. Por sua vez, A comunicação verbal, por outro lado, é estruturada em tópicos.

As organizações não devem ser conceptualizadas como sistemas funcionais da sociedade, mas como sistemas sociais do seu próprio tipo. A autopoiese das organizações se dá por meio da comunicação das decisões. Este tipo de comunicação observa o mundo através de alternativas. O lado da alternativa selecionado adquirirá o intervalo de decisão. Nas organizações, são tomadas decisões que preparam decisões para futuras tomadas de decisão. Desta forma, o momento da decisão liga o passado ao futuro⁷.

⁷ A sociologia da organização de Luhmann é encontrada em: Luhmann (2010).

Ao contrário dos sistemas funcionais, cuja semântica tende à inclusão universal, as organizações operam numa base de adesão. Qualquer pessoa que não seja membro da organização não poderá participar (ou seja, não poderá participar do processo de tomada de decisão). Neste sentido, as organizações devem condicionar tanto a entrada como a manutenção da adesão.

Na sociedade funcionalmente diferenciada, a adesão a uma organização não abrange a pessoa inteira. Nesse sentido, pertencer a uma organização é apenas um papel ao lado de outros. Você não pode ser apenas funcionário público ou enfermeiro, mas também cliente, destinatário de serviços etc. Vários papéis se complementam: médico/paciente, professor/aluno, sacerdote/paroquiano etc.

Contudo, a mera adesão não determina quem, como e quando decide. Para delimitar a paleta de alternativas é necessário estabelecer premissas de decisão. Entre essas premissas encontramos programas orientados a objetivos e programas condicionais (por exemplo: hierarquia), canais de comunicação e adequação de pessoal (ou seja: a idoneidade de uma determinada pessoa para realizar uma tarefa).

A comunicação organizacional é caracterizada por duas atuações específicas. Ao contrário dos sistemas interativos que só podem comunicar sobre sistemas no seu ambiente, as organizações podem comunicar com sistemas no seu ambiente. Esta comunicação permite o desenvolvimento de acoplamentos estruturais. Uma universidade, por exemplo, é composta por diversos referenciais sistêmicos: educação, ciência, economia etc.

Embora a interação nunca tenha incluído toda a sociedade (nem mesmo nas sociedades mais “simples”), a sua importância não pode ser negada. A invenção da escrita, porém, tornou mais clara a diferença entre interação e sociedade. Obviamente, isso não significa que a interação não tenha nada a ver com a sociedade e só possa ocorrer em contextos sem qualquer função. A interação ocorre tanto em sistemas funcionais quanto em

organizações. Por exemplo, em um instituto (organização) de pesquisa científica, os cientistas podem concordar em se reunir (interação) para discutir os resultados de determinados experimentos. De tal forma que a interação tem conseguido adaptar-se extremamente bem à forma dominante de diferenciação da sociedade moderna.

4 O CONCEITO DE FUNÇÃO⁸

Analisar a diferenciação funcional inerente à sociedade moderna envolve confrontar um dos conceitos mais controversos das ciências sociais: o conceito de função.

O relacionamento de Luhmann com as várias correntes da abordagem funcional (incluindo particularmente a versão de Parsons) poderia muito bem ser caracterizado como de "proximidade crítica". Desde o início de sua carreira, Luhmann deixou claro que o método funcional foi fundamental para o estabelecimento da sociologia como disciplina científica. No entanto, ele também estava ciente de que a disciplina não havia conseguido explorar todo o potencial dessa perspectiva porque sempre havia trabalhado dentro das margens estreitas do esquema causal-linear e, por meio deste, do pensamento ontológico-substancialista. Assim, desde o início de sua carreira científica, Luhmann fez da causalidade e da ontologia dois dos principais "obstáculos epistemológicos" (no sentido de Gaston Bachelard) que a sociologia deve superar para chegar a uma compreensão mais completa do mundo social.

Para Luhmann, a causalidade linear limita o escopo da pesquisa funcional porque a força a ver funções como meros efeitos que executam fins. Isso significa que, antes de poder realizar uma pesquisa, o sociólogo é obrigado a estabelecer o objetivo para o qual os fenômenos funcionais contribuirão. Os funcionalismos de Durkheim e Parsons são exemplos

⁸ As ideias desta seção são baseadas no que foi desenvolvido em GALINDO, Jorge. El método funcional en la teoría de sistemas. LEYVA, Gustavo. *Las ciencias sociales revisitadas*, México: UAM-Iztapalapa, Gedisa, 2024.

claros dessa maneira de pensar. Em ambos os autores, a pesquisa deve partir do fato de que, para sobreviver, a sociedade precisa que certas funções sejam desempenhadas. Assim, da mesma forma que um organismo sobrevive sem ter consciência disso, a manutenção da sociedade se realiza além (e às vezes até apesar) da consciência dos indivíduos cujas ações a compõem. Não há dúvida de que esta ênfase na “sobrevivência” da sociedade contribuiu decisivamente para a percepção do funcionalismo como uma “ideologia conservadora”. Entretanto, independentemente das implicações políticas desse método, o principal problema do funcionalismo sociológico clássico reside no fato de que ele nos pede para aceitar como válida uma suposição muito questionável: a de que o fim das sociedades é a sobrevivência. Luhmann acredita que fazer da manutenção da sociedade o objetivo final do trabalho não é apenas teoricamente questionável, mas cientificamente infrutífero porque, diferentemente do que pode ser observado em um organismo, é praticamente impossível determinar o momento em que uma sociedade deixa de existir.

Para superar as aporias do esquema causal-linear, Luhmann propõe considerar o funcionalismo como uma variante do método comparativo que permite observar não a necessidade implícita nos requisitos funcionais, mas a contingência inerente às equivalências funcionais. Assim, para Luhmann, a função “não é um efeito a ser produzido, mas um esquema lógico regulador que organiza um campo de comparação de efeitos equivalentes. Ela caracteriza uma posição especial a partir da qual diversas possibilidades podem ser compreendidas em um aspecto unitário. Desse ponto de vista, efeitos isolados parecem equivalentes, intercambiáveis entre si, funcionais, enquanto, como processos concretos, são incomparavelmente distintos”.⁹

Assim, o conceito luhmanniano de função deve ser visto como uma mera relação de variáveis intercambiáveis. Por exemplo, podemos dizer que a função de x no enunciado “x é

⁹ LUHMANN, Niklas. *Función y causalidad. Ilustración sociológica y otros ensayos*. Buenos Aires: Sur, p. 20, 1973.

um meio de transporte público em São Paulo” pode ser cumprida indistintamente por: o ônibus, o metrô, os trens da CPTM etc. Nesse sentido, do ponto de vista da afirmação “x é um meio de transporte público em São Paulo” todas as opções apresentadas acima são funcionalmente equivalentes.

Como se pode observar, a inovação de Luhmann a este respeito reside no seu distanciamento do conceito clássico de função no sentido grego de ἔργον (*ergon*: atividade) e recupera o significado lógico-matemático do termo, em particular aquele que se refere à chamada função proposicional ou predicado.

De fato, até Luhmann, toda a sociologia funcional trabalhava com o conceito de função, que decorre de uma certa interpretação da filosofia aristotélica segundo a qual há aspectos da realidade que só podem ser compreendidos se forem conhecidos os fins que alcançam. Com a ajuda do conceito lógico-matemático de função, Luhmann busca escapar desses antigos esquemas europeus.

Embora a noção de função tenha gravitado no pensamento lógico-matemático durante séculos, o conceito como tal só foi cunhado no século XVII, principalmente graças ao trabalho de Gottfried Wilhelm Leibniz. Desde então, o conceito teve uma grande variedade de definições. Em termos gerais, porém, podemos dizer que isso se refere à relação constante entre duas ou mais grandezas variáveis.

No campo da lógica, o conceito de função foi recuperado para indicar proposições do tipo indicado acima, a saber: “x é um meio de transporte público em São Paulo”. Em notação matemática, esta proposição é representada da seguinte forma: $f(x)$. Aqui, x atua como sujeito (por exemplo: “o metrô”) e f nos remete à propriedade atribuída (“transporte público em San Pablo”). Como neste caso a verdade ou falsidade da função só pode ser decidida quando um valor é atribuído a x — isto é, quando uma proposição é expressa — esse tipo

de função é conhecido como função proposicional. É claro que quando Luhmann usa o conceito de função, ele o faz neste sentido.

Estes são, portanto, os fundamentos conceituais sobre os quais se constrói o conceito de função de Luhmann. No entanto, para passar de um conceito formal de função para um sociologicamente útil, é necessário incorporar dois elementos adicionais: a distinção entre problema e problema-solução, e a distinção entre sistema e ambiente.

Na definição lógico-matemática de função apresentada acima, a função (f) se refere a uma relação constante entre duas grandezas variáveis. No caso de uma equação, por exemplo, o lugar dessa relação constante é ocupado por um número. Entretanto, no caso da aplicação do método funcional ao campo sociológico isso não é possível. Aqui, o lugar da relação constante entre duas variáveis será ocupado não por uma quantidade, mas por um problema de referência. É justamente em relação a essa noção de problema de referência que o funcionalismo sociológico clássico e o funcionalismo de Luhmann encontram seu ponto de convergência, já que ambos concebem a ordem social não como um dado, mas como um problema que deve ser resolvido. A convergência, contudo, não irá muito além, porque enquanto a estratégia de resolução de problemas de Durkheim e Parsons os leva a subordinar o funcionalismo a uma abordagem estruturalista, Luhmann permanecerá firme em sua posição funcional. Por esta razão, o próprio Luhmann afirma que o seu não é um estrutural funcionalismo, mas um funcionalismo estrutural.

De fato, a abordagem estrutural-funcional pressupõe a existência de uma certa estrutura necessária para a manutenção do sistema social. Este ponto de partida o obriga a ver nos fenômenos sociais funções orientadas à manutenção dessa estrutura. Em contrapartida, a abordagem estrutural-funcional não parte da necessidade, mas da contingência dos fenômenos que contribuem para a formação das estruturas. Essa abordagem da realidade é possível porque o problema central de referência da abordagem estrutural-funcional foi rejeitado, ou seja, a ideia de que o propósito da sociedade é sua

sobrevivência. Agora, para estabelecer um problema de referência alternativo, o método funcional estrutural requer que se baseie em postulados teóricos que lhe digam algo sobre as entidades que compõem a realidade, pois somente assim será possível identificar os problemas que os fenômenos sociais resolvem. É aqui que a teoria dos sistemas entra em jogo com sua distinção orientadora entre sistema e ambiente.

A seleção realizada pelo sistema não pressupõe, portanto, a existência de uma estrutura que deva ser mantida pelo cumprimento de determinadas funções, mas deve ser vista como uma resposta ao problema do excesso de possibilidades decorrentes da complexidade. Em particular, o excesso de possibilidades derivado do que Parsons chamou de: dupla contingência.

Ora, é preciso dizer que para Luhmann a solução fornecida pelos sistemas sociais para o problema da dupla contingência é sempre uma solução temporalmente condicionada, ou seja, ela só funciona quando funciona. Ao cumprirem a sua função específica, os vários sistemas parciais resolvem problemas sociais. Contudo, isso não significa que estes problemas já estejam presentes desde a origem da sociedade (como se esta fosse uma entidade substancial composta por diversas partes) que, portanto, o surgimento de sistemas parciais tenha sido uma necessidade teleológica inerente à sociedade. Esses problemas só podem surgir em situações específicas.

5 DIFERENCIAÇÃO FUNCIONAL¹⁰

Constatamos, portanto, que a sociedade moderna não se caracteriza mais por sistemas que estabelecem hierarquias, mas por sistemas que cumprem funções específicas. Obviamente, a desigualdade continua existindo, mas assume a forma de desigualdade de

¹⁰ As ideias desta seção também se baseiam no desenvolvido em Galindo (2008).

classe social e, justamente por isso, não é mais vista como algo necessário e imutável, mas sim como algo contingente. É por isso que podemos falar de "mobilidade social"¹¹.

Diferentes sistemas desempenham funções diferentes na e para a sociedade; ou seja, especializam-se na resolução de diversos problemas de comunicação. Assim, por exemplo, a tomada de decisões coletivas vinculativas torna-se a esfera operacional do sistema político, e a solução para o problema da gestão da escassez é função da economia. Para desenvolver melhor a maneira como um determinado sistema social cumpre uma função, vejamos o caso do direito.

Normalmente pensa-se que a função do direito reside na resolução de conflitos. No entanto, esta observação não é totalmente precisa, uma vez que a lei também é responsável por "criar" conflitos onde antes não existiam. Somente quando a lei estabelece que determinado comportamento é punível é que alguém pode recorrer à lei para processar outra pessoa. Qual seria então a função específica do direito? Luhmann (2005, p. 188) responde a esta questão da seguinte forma: "De uma perspectiva abstrata, o direito se refere aos custos sociais decorrentes das conexões temporais afetadas pelas expectativas. Especificamente, ele se refere à função de estabilizar as expectativas normativas por meio da regulação da generalização temporal, objetiva e social".

Para Luhmann, portanto, não é necessário considerar a "função" que o direito tem para os indivíduos, mas apenas aquela que ele cumpre para a comunicação. Já foi comentado que o problema central que enfrenta toda comunicação é o problema da dupla contingência. Isto significa que as expectativas que acompanham uma determinada oferta comunicativa podem sempre ser frustradas. Para se proteger dessa decepção, a comunicação busca "definir" expectativas ao longo do tempo. Em muitas ocasiões, estas estruturas assumem o caráter de normas. Obviamente, estabelecer tais padrões não elimina

¹¹ Sobre o tema da desigualdade na sociedade moderna, ver Dutra (2013).

completamente a possibilidade de decepção. Eliminar a dupla contingência não é, contudo, função das normas. As normas não procuram direcionar motivos, mas sim garantir expectativas de uma forma contrafactual. Nas palavras de Luhmann (2005, p. 192): “A norma não promete um comportamento que cumpra a norma, mas protege aqueles que a esperam”. Dessa forma, Luhmann determina o problema de referência do sistema de direito em relação à sociedade (isto é, a comunicação) como um todo, e segue a mesma estratégia para a determinação de outras funções.

Além da referência a problemas funcionais, existem outras possibilidades de observação de sistemas, nomeadamente: desempenho e reflexão.

Enquanto no caso da observação funcional o sistema de referência é a sociedade como um todo, observar o desempenho implica ter em conta as relações entre os vários sistemas funcionais. Um exemplo típico deste fenómeno pode ser observado no caso da educação. Como sistema autopoiético, a educação trata da transformação dos sistemas psíquicos e da seleção de pessoas para o desempenho de uma carreira. Quando falamos em transformação no fenómeno educacional, referimo-nos à forma como a educação prepara os sistemas psíquicos para a participação em comunicações extremamente improváveis. Obviamente, os restantes sistemas funcionais também procuram tornar provável a comunicação improvável, mas no caso da educação este fenómeno tem uma particularidade, pois a comunicação para a qual está preparado não pertence como tal ao sistema educativo. O facto de a vida profissional da grande maioria dos indivíduos decorrer fora do âmbito educativo torna necessário que não estejamos preparados para a educação enquanto tal, mas para uma carreira. Esta preparação é, no entanto, uma característica fundamental para os restantes sistemas. Outros exemplos disso podem ser vistos na satisfação de necessidades possibilitadas pela economia, na aplicação de tecnologias científicas ou na regulação de conflitos por meio do direito.

A reflexão, por sua vez, refere-se à auto-observação de um sistema funcional. Através deste tipo particular de comunicação, o sistema toma-se como sujeito. O interessante é que, por ocorrer dentro do sistema, essa auto tematização contribui para a própria autopoiese. As descrições resultantes muitas vezes tornam-se teorias reflexivas carregadas de suposições. Estas teorias reflexivas ocorrem, por assim dizer, duas vezes. Por um lado, pertencem ao sistema funcional e, por outro, quando tratam da verdade, ocorrem no sistema da ciência. Exemplos dessas teorias reflexivas podem ser vistos na própria doutrina do Estado da política e na reflexão epistemológica da ciência.

Contudo, a análise de sistemas parciais não termina com o exame das possibilidades de observação. Como sistemas autopoieticos, os sistemas funcionais devem desenvolver critérios para avaliar as suas próprias operações. O conceito que Luhmann escolhe para designar este filtro de operações é o conceito de código. Os códigos são responsáveis por regular: “a oscilação entre valores positivos e negativos, ou seja, regula a contingência dos valores com os quais o sistema orienta suas próprias operações” (Luhmann, 2007, p. 593). Da mesma forma que a linguagem opera com base no código binário sim/não, os sistemas funcionais desenvolvem um código para poder distinguir entre comunicações que são capazes de se conectar à sua rede operacional e comunicações que terão apenas valor reflexivo.

Quando as estruturas de um sistema são irritadas por determinado evento comunicativo, elas são incluídas na rede operacional do sistema. Porém, este primeiro filtro estrutural não consegue determinar o valor do evento, ou seja, sua capacidade de ligação. Aqui estamos perante a mera identificação de um acontecimento comunicativo pelo sistema, perante um fenómeno autorreferencial que, ao contrário de um acontecimento heterorreferencial sem quaisquer consequências, afeta o sistema. Porém, o funcionamento que tal comunicação terá no sistema depende do segundo filtro representado pelo código. Tomemos a arte como exemplo.

Quando a arte identifica uma comunicação como comunicação artística, inclui-a na sua rede operacional. Uma vez dentro do sistema, esta comunicação será filtrada por código. No caso da arte existem duas versões de um mesmo código basal (é importante dizer que nenhum sistema pode ter dois códigos). A versão comum do código é representada pela distinção bonito/feio. Esta distinção, porém, não é apropriada para a observação da arte moderna, por isso foi desenvolvida uma nova versão que pode ser estabelecida na distinção cabe/não cabe.

Quando o sistema define um evento comunicativo como uma obra de arte e, portanto, consegue passar pelo filtro de autorreferência, ele deve decidir se a obra é bela, se se encaixa e, portanto, contribui para a reprodução autopoietica do sistema, ou se é feia, se não se encaixa e permanece um mero valor de reflexão para futuras tomadas de decisão.

Essa avaliação é realizada em outros sistemas funcionais por meio de seus respectivos códigos, por exemplo: o código de conformidade/desconformidade com a lei do sistema jurídico, o código de verdadeiro/falso do sistema científico, o código de poder/não específico de poder da política ou o código de pagamento/não pagamento da economia.

Como operadores binários sem instrução de significado adicional, os códigos orientam as decisões, mas não as tomam. Os sistemas precisam, portanto, desenvolver instâncias que sejam responsáveis por atribuir os valores do código a uma determinada comunicação. Esta indiferença aos critérios de atribuição de valores faz com que o nível de observação dado pelo código ainda esteja demasiado carregado de contingência. Luhmann chama programas aos critérios de decisão responsáveis por reduzir a contingência.

Como critérios de decisão, os programas determinam as condições em que será realizada a atribuição dos valores dos códigos. Exemplos de tais programas são: leis em direito, programas governamentais em política e currículos em educação.

Embora o código esteja exclusivamente relacionado com os valores do próprio sistema, os programas podem reagir às exigências ambientais. Esta “sensibilidade”, contudo, não põe em perigo a autonomia autopoietica dos sistemas funcionais. O verdadeiro desempenho da distinção código/programa está em possibilitar a dinâmica de fechamento/abertura.

Mas o que depende da aceitação dos critérios estabelecidos pelo programa? Os programas só podem ser impostos se forem apoiados pelos meios de comunicação social simbolicamente difundidos.

A invenção dos meios de difusão da comunicação (escrita, impressão) permitiu superar a interação. Para a sociedade isto significou a necessidade de desenvolver novos mecanismos que tornassem provável a aceitação de ofertas comunicativas. Ao conversar com conhecidos, estabelece-se uma relação de confiança, pelo menos em princípio, porque se sabe que significados, valores e experiências são compartilhados com o interlocutor. Mas o que acontece quando você se comunica com um estranho? Ou pior ainda, o que acontece quando você se comunica com alguém que está distante (espacial e temporalmente)? Como a aceitação da comunicação pode se tornar provável? Os referidos meios de comunicação simbolicamente generalizados são responsáveis, através da regulação da coordenação de seleções, de “tornar expectável a aceitação de uma comunicação nos casos em que a rejeição é provável” (Luhmann, 2007, p. 245).

A teoria de Luhmann da mídia simbolicamente generalizada tem suas raízes nas reflexões de Parsons sobre meios sistêmicos de troca. Ao contrário de Parsons, Luhmann não considera o dinheiro e o poder meros meios de troca, mas para ele são meios de comunicação. Como elementos fracamente acoplados, estes meios de comunicação devem primeiro tomar forma para serem eficazes. Um exemplo paradigmático de um meio que adquiriu uma forma eficaz é o dinheiro: “O efeito mais importante do meio dinheiro ao nível da sociedade é que o pagamento tranquiliza terceiros. Mesmo que possam estar

interessados nos bens e serviços (ou possam estar interessados no futuro), podem ver alguém apoderar-se desses bens escassos porque pagou por eles. E também podem aceitar que isso ocorra em condições negociadas sem a sua participação porque o pagamento ocorre em dinheiro, isto é, numa forma que regenera o meio porque só é útil como moeda. A seleção de uma ação, nomeadamente: a aquisição de bens escassos, é transformada pelo código do dinheiro médio numa mera experiência de terceiros. Eles tomam isso como informação sobre um fato no qual não estão envolvidos” (Luhmann, 2017, p.147). Além do dinheiro, outros meios de comunicação simbolicamente generalizados são: a verdade científica, o poder político e a fé religiosa.

A tabela a seguir apresenta a função, os meios de comunicação simbolicamente generalizados, o código e o programa de quatro sistemas funcionais: direito, política, economia e ciência.

Sistema	Função	MCSG	Código	Programa
Direito	Manter expectativas normativas	Direito	De acordo com a lei / não de acordo com a lei	Leis
Política	Tomada de decisão coletiva vinculativa	Poder	Ter poder / não ter poder Governo / oposição	Programas e ideologias governamentais e partidárias
Economia	Reduzir a escassez	Propriedade, dinheiro	Pagar / não pagar	Preços, orçamentos
Ciência	Produção de novos conhecimentos	verdade	Verdadeiro / Não é verdade	Teorias e métodos

Na América Latina, a teoria da modernidade de Luhmann — entendida como uma sociedade funcionalmente diferenciada — tem sido criticada porque se afirma que a

realidade latino-americana não obedece a esse padrão de diferenciação. Essa afirmação tem a ver com o fato de que na América Latina a política dificultou a diferenciação funcional em vários momentos da história. Entre os defensores da teoria dos sistemas, isso levou a um questionamento da modernidade da América Latina, transformando a teoria da modernidade de Luhmann em uma perspectiva normativa: "A América Latina ainda não é moderna, mas deveria ser".

Para recuperar uma ferramenta tão útil quanto a teoria da diferenciação, é necessário considerar teoricamente o fenômeno da desdiferenciação. Dedicarei a seção final deste texto a esse tópico.

6 DESDIFERENCIAÇÃO¹²

Muitas vezes, quando nós que trabalhamos com teoria de sistemas falamos sobre modernidade/diferenciação funcional, fazemos isso como se ela não fosse constantemente cercada por outras formas de diferenciação, e vemos isso como se fosse algo natural. Entretanto, por mais robusta que seja a autopoiese dos sistemas funcionais, nunca devemos perder de vista quão improvável é a comunicação em geral e a comunicação funcionalmente diferenciada em particular. A diferenciação funcional não é uma espécie de *telos* evolucionário que teve que ser realizado, mas sim como uma conquista contingente, improvável e precária.

O que a teoria da diferenciação funcional faz é reduzir a complexidade para nos mostrar os princípios operacionais, estruturais e semânticos dessa forma de diferenciação. Entretanto, a realidade empírica — aquilo que observamos por meio da teoria em projetos de pesquisa — não é redutível a esses princípios. A realidade empírica é complexa

¹² As ideias desta seção foram apresentadas anteriormente em Galindo (2023a, 2023b).

precisamente por esta razão; a sociologia não termina com o desenvolvimento de uma teoria. É por isso que nunca devemos confundir teoria com realidade e por que — desde que não seja uma teoria crítica — não devemos transformar a teoria em um padrão normativo ou ideal. Então não podemos dizer: já que a realidade latino-americana não é o que a teoria da modernidade diz que é, então o que está errado é a realidade latino-americana. Usar a teoria dessa maneira é fazer mau uso dela.

Não há dúvida de que, às vezes, até o próprio Luhmann flertou com esse uso da teoria. Entretanto, como comunicação científica, a teoria dos sistemas sociais não pertence a Luhmann e, portanto, não apenas pode ser criticada, mas também podem ser sugeridas maneiras de melhorá-la. É exatamente isso que estou tentando fazer neste texto. Uma vez esclarecido esse ponto, podemos prosseguir com o objetivo da seção.

Se a diferenciação funcional é contingente, improvável e precária, os fenômenos de desdiferenciação são muito mais onipresentes do que normalmente pensamos e, como eu disse antes, não ocorrem apenas em países na “periferia da modernidade” (seja ela qual for). Entretanto, é fato que esses fenômenos não ocorrem com a mesma intensidade e frequência em todos os lugares e em todos os momentos. Portanto, é necessário distinguir entre: eventos de desdiferenciação, episódios de desdiferenciação e orientações de desdiferenciação.

O conceito de eventos de desdiferenciação refere-se a eventos específicos nos quais os critérios de um sistema, particularmente seu código ou seus meios de comunicação simbolicamente generalizados, invadem com sucesso a lógica operacional de outro sistema. Normalmente, esses tipos de interrupções ocorrem durante a interação e, portanto, não deixam rastros comunicativos, de modo que só podem ser observados, retrospectivamente, como ações. Um exemplo claro disso é a corrupção, na qual o suborno, geralmente monetário, é usado para alcançar sucesso comunicativo em esferas não econômicas. Afirmando que, em geral, esse tipo de intrusão não deixa rastro comunicativo porque, justamente por

ser ilegal, é realizada de forma secreta. Agora, nem todo evento de desdiferenciação envolve ilegalidade (ou dinheiro). Por exemplo, um professor pode levar em consideração fatores extraacadêmicos (origem social etc.) de um de seus alunos para lhe dar uma nota de aprovação, mesmo que seu desempenho no curso não tenha sido o ideal.

Agora, há fenômenos de desdiferenciação que duram mais tempo; refiro-me aqui a episódios de diferenciação. Um exemplo claro é o que aconteceu durante a pandemia da COVID-19, quando o sistema de tratamento da doença (junto com a política) estava no topo da sociedade naquela época. Outros episódios relevantes de desdiferenciação ocorrem durante as guerras quando a economia, a ciência, a mídia de massa e outros sistemas funcionais foram guiados pela política e suas decisões coletivas vinculativas.

Obviamente, não há uma métrica de tempo precisa para o que constitui um episódio, pois ele pode durar dias, meses ou anos. O importante é que, diferentemente do evento de desdiferenciação, ele não só dura mais, mas, ao envolver organizações, deixa rastros comunicativos observáveis e gera expectativas mais ou menos estáveis. Além disso, diferentemente de eventos que normalmente envolvem apenas dois sistemas, os episódios podem envolver muitos sistemas funcionais.

Além dos episódios, há as orientações de desdiferenciação. As orientações de desdiferenciação envolvem muitos (todos?) sistemas e organizações funcionais, e até mesmo interações. Ao contrário dos episódios, as orientações de desdiferenciação tendem a estabelecer expectativas normativas de forma mais clara e definitiva; isto é, não se referem simplesmente a situações específicas, mas são concebidos como "estados finais". Assim, por exemplo, a Alemanha Nacional-Socialista é um exemplo claro de uma orientação de desdiferenciação, assim como a URSS e as ditaduras latino-americanas. As chamadas repúblicas islâmicas, particularmente o Irã, também são um exemplo disso. A China contemporânea provavelmente também deve ser vista sob essa luz.

Como pode ser visto, os fenômenos de diferenciação mais comuns se movem entre eventos e episódios. Agora, é importante notar que mesmo em formações orientadas à desdiferenciação, a contingência existe, e os sistemas “subjugados” (por assim dizer) podem “rebelar-se” em certos momentos. Nestes casos a ordem dos fatores é invertida e poderíamos falar de eventos de diferenciação em ordem desdiferenciada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionar se a diferenciação funcional é boa ou ruim, se vale a pena se esforçar para mantê-la e reforçá-la, ou superá-la, não faz muito sentido, visto que, sem negar a capacidade de agência humana, a sociedade geralmente não muda por design. A evolução costuma ser mais importante do que reformas ou revoluções. É óbvio que a diferenciação funcional tem aspectos positivos e negativos para o ambiente humano. O quão positivo ou negativo é o efeito da diferenciação funcional para o ambiente humano depende em grande parte da estrutura de classes da sociedade. Assim, por exemplo, nem todos estão incluídos nos níveis de bem-estar material que a modernidade tornou possíveis.

Por outro lado, a humanidade como um todo está incluída em um dos efeitos mais negativos da diferenciação funcional, a saber: o aquecimento global. Obviamente, nem todos sofremos igualmente aqui, mas é fato que todos estamos sendo afetados por esse fenômeno causado pelo impacto da sociedade no ambiente natural. Principalmente por causa dos efeitos destrutivos da autopoiese da economia. Justamente nesse sentido, emerge um dos benefícios mais relevantes de observar a sociedade sob a perspectiva da diferenciação funcional. Como cada sistema desempenha uma função específica e não pode substituir os demais, a coordenação plena entre eles é impossível. No entanto, as mudanças climáticas exigem uma resposta abrangente, pois é inútil para a ciência nos dizer o que acontecerá se a política não fizer a sua parte e continuar a fazer promessas que ignoram

esse fenômeno, ou se a economia seguir cegamente o metaprograma capitalista baseado no crescimento ilimitado.

A diferenciação funcional nos permite realizar uma observação realista da situação e evitar cair nas armadilhas do tecno-otimismo inerentes ao absurdo chamado "capitalismo verde".

No entanto, é fato que a desdiferenciação também não é uma panaceia. Embora possa parecer desejável que a moral ou a política assumam o controle da sociedade, os efeitos perniciosos de tal estrutura seriam imediatos. Em particular, uma sociedade com a política em seu centro poderia rapidamente cair em excessos autoritários. Apesar desses riscos, tudo parece indicar que a única maneira de lidar com as mudanças climáticas reside em uma maior coordenação social por meio da política. É justamente por isso que é importante não romantizar a política (ou melhor, não romantizar as opções políticas, sejam elas de direita ou de esquerda) e manter uma postura crítica baseada em informações científicas válidas e em fundamentos normativos que possam abordar "questões éticas" e compreender que a moralidade nem sempre é boa.

É verdade que a teoria dos sistemas não foi concebida como uma teoria crítica da sociedade, mas sim como uma teoria descritiva. No entanto, pelo simples fato de explicar o funcionamento da sociedade para além de sua semântica açucarada, a sociologia é sempre uma disciplina crítica. Nesse sentido, a teoria dos sistemas sociais pode nos ajudar a criticar a situação atual sem cair nos gestos utópicos da teoria crítica ao estilo da Escola de Frankfurt.

Compreender a estrutura da sociedade moderna é útil não apenas para compreender os meios ideais para atingir os fins propostos, mas também para antecipar que a sociedade só pode ser estimulada a se mover em determinada direção, mas não pode ser controlada. A sociologia nos ensinou muito sobre as consequências não intencionais das ações, e isso é algo que não devemos esquecer quando criticamos a sociedade e nos aventuramos a apoiar

qualquer uma das opções que nos são apresentadas para resolver os principais problemas da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Roberto. O primado da diferenciação funcional e a contingência das estruturas de desigualdade social. *In*: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo. **Dossiê Niklas Luhmann**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

GALINDO, Jorge. **Entre la necesidad y la contingencia**: Autoobservación teórica de la sociología, Anthropos. Barcelona: UAM-Cuajimalpa, 2008.

GALINDO, Jorge. Diferenciación y desigualdad. **Revista MAD**, n.48, p. XXX, 2023a.

GALINDO, Jorge. Diferenciación y desdiferenciación en la pandemia. **Revista MAD**, n.49, p. XXX, 2023b.

GALINDO, Jorge. El método funcional en la teoría de sistemas. *In*: LEYVA, Gustavo (ed.). **Las ciencias sociales revisitadas**. México: UAM-Iztapalapa; Gedisa, 2024.

GOFFMAN, Erving. El orden de la interacción. Los momentos y sus hombres. **Textos seleccionados y presentados por Yves Winkin**. Barcelona: Paidós, 1991. p. 169-205.

LUHMANN, Niklas. **Función y causalidad**: Ilustración sociológica y otros ensayos. Buenos Aires: Sur, 1973.

LUHMANN, Niklas. **El derecho de la sociedad**. México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2005.

LUHMANN, Niklas. **La sociedad de la sociedad**. México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2007.

LUHMANN, Niklas. **Organización y decisión**. México: Herder; Universidad Iberoamericana, 2010.

MAUSS, Marcel. **Ensayo sobre el don**: Forma y función del intercambio en las sociedades arcaicas. Madrid: Katz, 2012.